

OS EVANGÉLICOS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Amílcar Matheus Passos¹

RESUMO

A simples menção da palavra “política” deixa muitos evangélicos em estado de alerta. A relação entre cristianismo e política não deve ser confundida com a relação entre igreja e estado. O tema nos convida a entender o que é a ação política que tem lugar no contexto do Evangelho. Abordaremos sobre cidadania e consciência política do cidadão que leva a envolver-se nas questões sociopolíticas que o afetam diretamente. Gostar ou não de política é irrelevante. Ela é uma dessas coisas irremovíveis da vida de quem se recusa a viver alienado. Tem fortíssimo poder de determinação sobre a qualidade da vida social e econômica, os valores morais, os princípios fundamentais da ordem social, a dignidade da pessoa humana, o progresso e a civilização. Desinteressar-se por tema tão importante da vida dos povos não é uma atitude responsável.

Palavras-chave: Política; política no AT e NT; democracia; política partidária; ética.

¹ Amílcar Matheus Passos, Bacharel em Ciências Jurídicas (Universidade Braz Cubas – SP); bacharelado em Teologia pela Faculdade Refidim; Extensão Cultural em Criminalística pela Academia de Polícia de São Paulo; possui cursos de Administração Municipal e Gestão Governamental, realizados pelo CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal “Ivan Fleury Meirelles” – SP) e IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), respectivamente; tem vários artigos jornalísticos publicados; é Presbítero da Assembleia de Deus em Joinville (SC) e membro de “Os Gideões Internacionais no Brasil”.

ABSTRACT

The simple mention of the word “politics” leaves many evangelicals in state of alert. The relation between Christianity and politics must not be confused with the relation between church and state. The theme invites us to understand what the political action that takes place in the Gospel context is. We will discuss about citizenship and political consciousness of the citizen that leads it to get involved in sociopolitical matters that directly affect it. It is irrelevant to like or dislike politics. It is one of those irremovable things from the life of those who refuse to live alienate. It has a strong power of determination on the quality of social and economic life, the moral values, the fundamental principles of social order, the dignity of the human person, the progress and the civilization. To not care about such theme so important for the lives of people is not a responsible attitude.

Keywords: Politics; politics in the OT and NT; democracy; party politics; ethics.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da Igreja em nosso país foi criada uma “cultura” de que Igreja nada tem a ver com política e com o governo.

Há quem diga abertamente que o Evangelho nada tem a ver com política. Há quem deplore que se discuta o que se chama vulgarmente de “questões políticas” na igreja.

Pode o evangélico engajar-se em práticas políticas e ainda manter a sua posição de autêntico seguidor de Cristo? Que espécie de relação entre o cristão e a política seria eticamente aceitável e não colocaria o membro regular de uma denominação cristã em contraposição aos princípios bíblicos? Deve a igreja cristã envolver-se com essas preocupações? O presente artigo busca considerar esses questionamentos sob a ótica de algumas necessidades do mundo em sua esfera social e das contribuições que o cristianismo tem a oferecer, uma vez que os fatos não deixam de existir só porque são ignorados.

O grande problema é a confusão que se faz entre a política e o eleitoral, e entre a igreja e o Estado.

Todo homem é cidadão de um Estado, sujeito a deveres e direitos. Todo o homem é sócio, do nascimento até a morte, de um organismo político. É o que a Bíblia nos ensina e o que a História atesta.

Estas anotações foram feitas com o intuito de “quebrar o gelo”, trazendo pautas para o debate. Elas procuram responder a certas indagações que povoam as mentes de muitos cristãos: É lícita a atividade política? Pode o evangélico se envolver com a política? Deus tem alguma coisa a dizer sobre isso?

1 SENTIDO DE POLÍTICA

Os dicionários informam que a palavra tem origem nos tempos em que os gregos estavam organizados em cidades-estado chamadas “polis”, nome do qual se derivaram palavras como “politiké” (política em geral) e “politikós” (dos cidadãos, pertencente aos cidadãos), que se estenderam ao latim “politicus” e chegaram às línguas europeias modernas através do francês “politique” que, em 1265 já era definida nesse idioma como ciência do governo dos Estados. Por extensão, poderia significar tanto cidade-Estado quanto sociedade, comunidade, coletividade e outras definições referentes à vida urbana.

Segundo Champlin e Bentes, Platão pode ser caracterizado como o pai da política, porquanto em sua filosofia, sobretudo em seu diálogo intitulado República, ele desenvolveu uma extensa teoria política.²

Na época moderna, o termo perdeu seu significado original, substituído pouco a pouco por outras expressões como ciência do Estado, doutrina do Estado, ciência política, filosofia política, passando a ser comu-

² LIMA, Elinaldo Renovato de. *Ética cristã*. Rio de Janeiro: CPAD, 2002. p. 196.

mente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado.

Para a discussão proposta é necessário clarificar estes termos e o conceito que vai nortear este artigo é o emitido pelo mestre Hely Lopes Meirelles:

A conceituação de Política tem desafiado a argúcia dos publicistas, sem colher uma definição concorde. Política é forma de atuação do homem público quando visa conduzir a Administração e realizar o bem-comum. Guia-se por motivos de conveniência e oportunidade do interesse público que há de ser o seu supremo objetivo. Não se confunda a Política no sentido em que a conceituamos – forma de atuação do homem público visando conduzir a Administração à realização do bem comum – com a política partidária que lamentavelmente se pratica entre nós como meio de galgar e permanecer no poder, através de prestígio eleitoral. Nesse sentido é carreirismo e não atividade pública, que mereça qualquer consideração doutrinária.³

Deu para perceber que há uma infinidade de interpretações em relação ao termo e ao o uso da política. Em razão dessa variedade de explicações lembrei-me de uma estória antiga que tem muito a ver com o que estamos tentando compreender.

Conta-se que a direção de uma instituição que abrigava deficientes visuais, atendendo insistentes solicitações dos internos, resolveu levá-los a um zoológico para que mantivessem contato físico com um elefante, para que eles “vissem” o elefante da forma que estavam habituados a “enxergar”. Após a visita cada um relatou a sua experiência e de que forma havia “visto” o elefante.

Assim o elefante foi definido: o que tocou o seu rabo disse que o elefante tinha a aparência de uma corda; o que tocou a tromba afirmou que o elefante assemelhava-se a uma grande mangueira; o que abraçou a pata

³ Meirelles, Hely Lopes, *Direito administrativo brasileiro* – Editora Revista dos Tribunais - SP, 1991, p. 29.

do elefante disse que ele se parecia como uma grande coluna; e o que deslizou sua mão pelo dorso do elefante afirmou que ele era como uma grande parede.

Todos foram ao zoológico; todos tocaram o elefante e todos tiveram percepções diferentes embora o objeto da análise tenha sido o mesmo.

Nós, cristãos, também temos as mais variadas “opiniões” sobre política. Daqui para frente iremos tratar desse tema sempre à luz da Palavra do Senhor.

Apenas para ilustração, veremos o que alguns expoentes da teologia cristã afirmaram sobre o tema:

Agostinho de Hipona (354/430) afirmava que a atividade política era fundamental para que a sociedade fosse tranquila e ordeira.⁴

Tomás de Aquino (1225/1274) baseava sua análise da sociedade partindo da concepção do homem como animal político, sendo a ordem sociopolítica e a ética, o poder em concreto, provenientes indiretamente da lei eterna.⁵

Martinho Lutero (1483/1546) é visto como um grande líder na Alemanha em razão de sua articulação política que influenciou consideravelmente os líderes políticos de sua época.⁶

João Calvino (1509/1564) foi um dos teólogos clássicos que mais escreveram sobre o governo civil e em suas ideias firma-se a tradição reformada sobre política.⁷

⁴ Santo Agostinho e a política. Disponível em: http://www2.dbd.pucricio.br/pergamum/tesesabertas/0114208_03_cap_02.pdf. Acesso em 11 mar 2014.

⁵ SANTOS, Jair Lima dos. O direito em Santo Tomás de Aquino e Marsílio de Pádua: uma visão teleológica da lei. *Jus navigandi*, Teresina, ano 14, n. 2311, 2009. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/13745>.

⁶ CHAMPLIN, Russel Normann. *Enciclopédia de bíblia, teologia e filosofia*. 7. ed. São Paulo: Hagnus, 2004. v. 3, p. 92.

⁷ CASTRO, Luis Alberto de. A política e os cargos eletivos em Calvino. In: FIDES REFORMATA XII, n. 2, 2007. p. 93-116.

Mesmo não chegando à unanimidade, existe um número bastante considerável de opiniões convergentes no sentido de a política ser útil e necessária no sentido de melhorar as condições sociais do ser humano.

1.1 Política no Antigo Testamento

Quando estudamos sobre governo na Bíblia, estamos olhando as funções legislativas, executivas, judiciárias e militares do Governo. Estamos estudando sobre leis, autoridades locais e nacionais, relações entre países, regras de guerra e áreas de desenvolvimento comunitário relacionadas ao Governo. Estamos estudando as funções e ações de juizes e reis, bem como, daqueles que lhes prestam serviços em funções oficiais.

A política é um dom de Deus. É por causa da imagem de Deus no homem que este é um ser político.

Livros como Josué, Juizes, I e II Samuel, I e II Reis, e I e II Crônicas relatam eventos na área Política que se desenvolvem em Israel. Eles documentam o que os seus líderes políticos fizeram, como eles afetaram a Nação, e o que Deus pensou desses eventos.

Diferente do que muitos cristãos estão dispostos a admitir, a estruturação política sempre fez parte dos planos de Deus. Deus usou pessoas em momentos importantes, para ocuparem posições de destaque com o propósito de ajudar a milhares de outras pessoas.

É necessário lembrar que as verdades bíblicas são mostradas, principalmente, na forma de histórias. Estudamos a história e o contexto, mas jamais estaremos nas mesmas circunstâncias de Moisés e de Israel. Assim sendo, as aplicações diretas não irão necessariamente funcionar para nós. No entanto, os princípios são as verdades de Deus e são aplicáveis através de novas e dinâmicas maneiras, em qualquer época, em qualquer circunstância e em qualquer nação.

Ao criar o homem, ser racional e espiritual, Deus o dotou de capacidade de pensar, sentir, raciocinar e decidir. “(...) *Por esta verdade, precisamos tomar consciência de nosso papel na terra. A espiritualização radical feita do nosso papel no mundo em que vivemos nos faz alienados à vida terrena*”, conforme ensina Elianai Cabral.⁸

Nossa sociedade está passando por mudanças importantes. Devíamos ser o sal da terra e a luz do mundo. Não podemos nos omitir e deixar o reino das trevas tomar conta da política por achar que não temos responsabilidades. Deus está chamando você para ser um bom cidadão como parte do seu testemunho de fé. Ação e interesse político não são “seculares”. Deus instituiu o Governo, e deu a mim e a você, a responsabilidade sobre ele. Deus é Justo e deseja ver todo o Seu povo lutando por Justiça. Antes de tudo, é nossa responsabilidade diante de Deus estarmos informados e envolvidos.

Paul Freston nos ajuda a entender o que significa isso:

Não é só o político que tem um mandato. Todos os seres humanos têm um mandato cultural, dado por Deus. Deus não cria um mundo pronto e acabado, mas providencia todo o material necessário e dá aos homens, um ser criador, a responsabilidade e o privilégio de desenvolver as potencialidades do mundo criado. Ao homem é oferecida uma vida plena e dinâmica, com possibilidades de explorar e com projetos para realizar. O desenvolvimento cultural em todos os sentidos, desde a técnica até a cultura erudita, passando pelas elaboração de instituições sociais e **políticas**, é a vontade de Deus para o homem. (Não é, claro, na forma como tem sido feito, que reflete também a presença do pecado.) Por isso o cristão, como todos os homens, deve envolver-se, de acordo com sua vocação, nos estudos, na ciência, na **política**, na economia [...].⁹

⁸ CABRAL, Elianai. *Mordomia cristã*. Rio de Janeiro: CPAD, 2003. p. 33.

⁹ FRESTON, Paul. *Neemias: um profissional a serviço do reino*. São Paulo: ABU, 1990. p. 96.

1.2 Novo Testamento, Jesus e a política

Estudar a Palavra de Deus é um princípio eterno que deve ser feito com zelo, levando em conta que além da revelação de Deus, a Palavra possui seu contexto histórico, político e cultural que, se bem compreendidos, nos trarão uma boa compreensão e interpretação do Novo Testamento.

Há quem insista que Jesus se restringiu a comunicar-nos uma mensagem religiosa que nada tem de política ou ideológica. Tal leitura só é possível se reduzimos a exegese bíblica à pescaria de versículos, arrancando os textos de seus contextos. Não é só o texto que revela a palavra de Deus, mas também o contexto social, político, econômico e ideológico, no qual se desenrola a prática evangelizadora de Jesus.

A Bíblia, regra de fé e prática para os cristãos em geral, não se encontra silente em relação a esse ponto no que diz respeito aos princípios. Em especial, quanto ao Novo Testamento, *“o problema da relação entre cristianismo e política se demonstra resolvido apenas por meio de dedução indireta, uma vez que seu texto é mais explícito ao tratar da relação Igreja-Estado”*, conforme preleciona Cullmann.¹⁰

Todos nós, cristãos, somos inquestionavelmente discípulos de um prisioneiro político que junto com seus pais terrenos já havia sido um exilado político à época de Herodes.

Mesmo que na consciência de Jesus houvesse apenas motivações religiosas, sua aliança com os oprimidos, seu projeto de vida para todos, tiveram objetivas implicações políticas. Por isso ele não morreu na cama, mas na cruz, condenado à pena de morte.

Embora não se possa falar em “partidos políticos” no sentido que os entendemos na atualidade, a sociedade judaica estava à época de Jesus dividida em “correntes” onde os posicionamentos religiosos estavam intimamente vinculados a opções políticas. Os fariseus, os saduceus, os hero-

¹⁰ CULLMANN, O. *Cristo e a política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 07.

dianos, os zelotes e os essênios faziam parte dessas “correntes”. Jesus é confrontado pelos poderes políticos desde o seu nascimento. Jesus entendia que o Governo tinha uma função no Reino de Seu Pai. Ele foi discipulado *pelo* Antigo Testamento e discipulava *com* o Antigo Testamento.

Jesus, homem do seu tempo, inserido em seu meio, assumindo os conflitos sociais da época, abre com sua vida e prática a possibilidade de uma nova compreensão da vida e da sociedade. Sua prática lançou e continua a relançar as bases de uma sociedade “outra” que aquela alicerçada na exploração do homem pelo homem.

A dimensão profética e mesmo revolucionária da luta por justiça e por transformações sociais estruturais é parte constitutiva de uma compreensão contextualizada do evangelho de Cristo.

“Este reconhecimento desafia as pessoas de fé e as comunidades evangélicas a um engajamento social e político, não apenas por motivos ideológicos, mas como expressão da vivência da fé como inconformidade com as estruturas injustas desse mundo e a busca por transformações que libertam as pessoas para uma vida digna e justa”, afirma Zwetsch.¹¹

Sabemos que Jesus – terrenamente – viveu em um período em que o modelo de governo era o imperial. Vivemos hoje um Ocidente influenciado pelos ideais democráticos, onde se afirma o primado da Lei emanada do povo. Portanto, mesmo que rapidamente, vamos passear sobre esse tema.

1.3 Sentido de democracia

A palavra “democracia” vem do grego “demos” que significa povo e “cratos”, que se traduz por força, poder e, por extensão, governo. As antigas repúblicas gregas e romanas foram as primeiras manifestações concretas de governo democrático.

¹¹ ZWETSCH, Robert Ervino. *Missão como com-paixão*: por uma teologia de missão em perspectiva latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, 2008. p. 345.

A ideia que fazemos de democracia vem da Grécia, através de Aristóteles e sua classificação das formas de governo. Ela é, segundo o conceito clássico, o governo do povo pelo povo, o regime político em que o poder reside nos indivíduos e é por eles exercido, diretamente ou por meio de representantes eleitos.

Podemos aceitar, com restrições, a definição de Aristóteles, porém, não devemos esquecer que a democracia grega não era o que hoje denominaríamos democracia. Tanto não era, que quando Aristóteles fala em povo, refere-se somente aos homens livres das cidades gregas, e não aos escravos que eram a maioria, mas não possuíam qualquer direito, eram simples “coisas”.

Até pouco tempo, do ponto de vista político, também colocaremos nossas restrições às democracias modernas, pois em um passado bem recente, a maioria das legislações não concedia direito ao voto às mulheres, o que excluía pelo menos metade da população de uma participação efetiva no governo do Estado. No Brasil, bem recentemente é que se permitiu o voto ao analfabeto e o controvertido direito ao voto aos maiores de dezesseis anos.

A democracia se faz presente na ideia de que o povo é o detentor da soberania, pois pode eleger livremente seus representantes que, por sua vez, retratarão os seus anseios em um Congresso, Assembleias ou Câmaras Municipais.

Não existe democracia sem o exercício dos direitos e liberdades fundamentais. Mais que Estado de direito, a democracia advém dos clamores éticos de justiça e liberdade. A vida política seria, então, a tentativa de equilibrar decisões políticas e jurídicas (que favorecem as classes dominantes) e ao clamor moral social que defende o interesse das classes dominadas e minorias.

Assim, por mais erros ou desajustes que possam ser identificados na teoria democrática, ela é, atualmente, o campo de maior discussão de ideias multiculturais.

Infelizmente, desprovida da realidade nacional, a democracia brasileira perde na sua essência, subsistindo apenas no campo literário e doutrinário. Perde nos seus fins não refletindo o interesse nacional e sua realidade, tornando-se forma anômala na sua existência, portanto, vulnerável, e ainda possível, a quaisquer movimentos e/ou convulsões sociais, além de constantes atropelos da demagogia.

2 DEMAGOGIA E OUTROS MALES NA POLÍTICA

Demagogia é um termo de origem grega que significa “arte ou poder de conduzir o povo”. É uma forma de atuação política na qual existe um claro interesse em manipular ou agradar a massa popular, incluindo promessas que muito provavelmente não serão realizadas, visando apenas à conquista do poder político. A esses oportunistas pouco importa se a eloquência está cheia de mentiras e hipocrisia.

Um discurso demagógico é, por exemplo, proferido em uma campanha eleitoral com recurso de poderosas técnicas de oratória que irão sensibilizar e aliciar o eleitorado para dar o seu voto.

No sentido figurado, demagogia é uma prática daqueles que aparentam humildade ou honestidade com o intuito de obter favores pouco claros. Outra forma de demagogia é um indivíduo engrandecer a si próprio para atrair o reconhecimento ou admiração dos outros.

No livro “A Política”, Aristóteles aponta a demagogia como a corrupção da democracia assim como a tirania correspondia à corrupção da monarquia. Mesmo um bom rei poderia se transformar em um tirano, se a bajulação dos seus servos o fizesse pensar só em si mesmo e não pensar no seu povo.

De igual forma, nos dias de hoje a democracia é corrompida graças à demagogia quando alguns elementos da classe política (comparáveis aos cortesãos de antigamente) - que deveriam servir a soberania do povo -

utilizam estratégias para enganá-lo, fazendo promessas que nunca serão cumpridas, tudo para o seu próprio benefício.

Democracia e demagogia mais se assemelham a duas casacas que se vestem e se desvestem de acordo com a meteorologia política. O demagogo é renitente em fazer confundir “povo” com “massa”.

Temos povo quando a grande maioria da população de um país satisfaz de maneira condigna às exigências fundamentais da vida humana. Isto significa que o povo se alimenta se veste e tem casa para morar, o povo sabe ler, escrever e raciocinar, isto é, tem educação e cultura; sabe ligar dois fatos presentes, tirar uma conclusão e projetá-la no futuro. O povo lê jornais a título de informação e não de formação.

A “massa” é inteiramente o oposto: não tem os meios de satisfazer de maneira condigna às exigências básicas da vida humana. A “massa” não se alimenta corretamente, é subnutrida. A “massa” não se veste, é rota, maltrapilha. A “massa” não tem casa para morar.

Não sabe ler nem escrever e muito menos raciocinar. Por isso mesmo não tem instrução, educação e cultura. Quando a muito custo chega a aprender a ler, deixa-se levar pelo que dizem os jornais. Quanto mais berrente a manchete, tanto mais verídico o fato. Para ela, então, o jornal transforma em fonte de verdade o argumento decisivo nas discussões de bar ou de rua: “eu vi, estava no jornal, o jornal deu etc.”

Importa ainda recordar que a “massa” sofre de uma ineficiência inata que se transforma em excelente tábua de salvação para os demagogos: ela é desmemoriada. Por isso, os demagogos não têm vergonha de se rerepresentarem na mesma praça, no mesmo palanque, com as mesmas promessas, aos mesmos tolos. O importante é trombetear aos quatro ventos que tudo se fez em seu nome.

O demagogo está intimamente relacionado com a política. Ele age calculadamente apelando às emoções do público, estimulando seus preconceitos, seus medos e suas vaidades por meio de retórica e propagandas

para conquistar o eleitorado. Geralmente, seus discursos inflamados são recheados de temas ditos populistas.

E a “massa” embevecida, delira, aplaude e se apaixona e acaba deixando nas urnas o atestado de sua ignorância, esquecendo que a corrupção mata mais que bandido com arma na mão.

A conjuntura política brasileira conjuga impunidade, indignação, incerteza, vergonha, perplexidade e desânimo. Os nossos problemas são de ilegalidade, de aética e de descompostura públicas. O Direito simplesmente não é cumprido com rigor, plenitude e imparcialidade. A ineficácia dos três Poderes realimenta o processo de crescente erosão das instituições políticas, e isso proporciona solo fértil para confundir “povo” com “massa”.

2.1 Mediocracia

A mediocracia é prima-irmã da demagogia, mas com o DNA transmutado. Já vimos que a demagogia é das coisas mais horripilantes e prejudiciais a qualquer povo e a qualquer nação. Imaginem, então, os resultados nefastos dessa outra praga.

Platão, sem o desejar, ao dizer da democracia: “é o pior dos bons governos, porém é o melhor entre os maus”, definiu a mediocracia. Transcorreram séculos; a sentença conservou sua veracidade.

Na primeira década do século vinte, acentuou-se a decadência moral das classes governantes. Realizando minucioso estudo a respeito, com muita sagacidade José Ingenieros emitiu sua sentença:

Quando o ignorante se acredita igual ao estudioso, o velhaco ao apóstolo, o falador ao eloquente, e o patife ao digno, a escala de mérito desaparece em uma afrontosa nivelação de vilania. É isso a mediocracia: os que nada sabem, acreditam dizer o que pensam, ainda que cada um só consiga repetir dogmas ou pressagiar a avidez.¹²

¹² ENGENIEROS, José. *O homem mediocre*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 125.

O ditado popular diz que cada povo tem o governo que merece. Por trás desta crença, está o fato de que os governados são sempre maioria, e os governantes são minoria. Logo, algum tipo de aprovação das massas se faz necessário, já que dificilmente a coerção sozinha seria suficiente para manter um povo inteiro servil. Em outras palavras, a cultura predominante num determinado povo é fundamental para o tipo de governo que ele terá. As instituições são cruciais, mas os pilares que sustentam um governo estarão sempre na mentalidade dominante dos governados. Os políticos acabam sendo um reflexo do povo. Quando este abraça os valores errados, não adianta sonhar com um messias salvador. Os valores é que devem mudar.

É praticamente impossível ler *O Homem Mediocre*, de José Ingenieros, e não pensar na situação caótica do nosso país. No livro, o autor descreve as características presentes numa mediocracia, contrapondo isso à visão de um ideal de perfeição por parte de alguns poucos indivíduos de destaque.

Em razão disso, podemos entender melhor o lamentável contexto atual do Brasil, onde a insatisfação com a classe política é total por parte dos que ainda alimentam um ideal moral.

O homem medíocre vive em função da opinião dos outros. “*O homem que resolve pensar pela própria cabeça representa uma ameaça aos medíocres, um perigo que deve ser afastado. Os medíocres são animais domesticados, adaptados para viver em rebanho, sombras da sociedade*”, conforme magistralmente ministra Rodrigo Constantino.¹³

Encerramos esta parte nada agradável, quando procuramos mostrar em toda sua dimensão as mazelas, as máculas e o comportamento indecoroso daqueles que descaracterizam a política e a democracia. Que não paire dúvidas que o aqui relatado não é o comportamento unânime de parlamentares e governantes, mas, infelizmente, é o comportamento de grande parte.

¹³ CONSTANTINO, Rodrigo. A mediocracia brasileira. Disponível em: rodrigoconstantino.blogspot.com/2008/05/mediocracia-brasileira.html.

2.2 Política partidária

O sonho do eleitor consciente é que o seu representante seja dotado de honradez, operosidade, coragem, superioridade de sentimentos, pureza de costumes, amor à verdade, honestidade, seriedade, compostura, etc. Ou seja, quer um político íntegro, completo, inteiro. No regime político atual - misto de demagogia e mediocracia – os partidos políticos se transformaram em bastiões de interesses de grupos de indivíduos e classes, fortalezas de vantagens particulares que deverão ser preservadas ainda que à custa do bem geral da Nação.

Os partidos políticos transformaram-se em “associações particulares” que passaram a gravitar em torno de nomes, figurinhas e figurões, baluartes de visões parciais, sem definições ideológicas e desprovidos de programas de governo. É uma ardilosa e ativa minoria extremamente maléfica ao País.

A tais “associações particulares” o que interessa é a conquista do poder político e o controle do governo, não para organizá-lo em benefício da causa pública, mas para dele servir-se, explorando-o em proveito próprio.

O vazio ideológico das agremiações partidárias, transformadas em “associações particulares”, explica por que os “partidos” de âmbito nacional, namoram no Norte, noivam no Centro, casam-se no Sul, divorciam-se no Leste, adulteram no Oeste e prevaricam por toda parte, conforme os interesses dos caudilhos, coronéis ou caciques regionais – donos dos currais eleitorais.

Há exemplos de partidos que utilizam a denominação de cristãos, mas defendem, na verdade, ideologias materialistas e anticristãs. Há os que incluem em seu programa o apoio aos homossexuais, ao aborto e a outras práticas contrárias aos sagrados princípios da Palavra de Deus.

No artigo “Partidos políticos e políticos partidos” fiz comentários contundentes acerca das agremiações políticas e seus membros, principalmente em relação a estes que se apequenam com atitudes sem comprome-

timento com a população que os elegeu, enquanto o descrédito público com os políticos e com as instituições se agiganta.¹⁴

O descompasso existente entre o ideal e o real é absurdamente grande. O sistema partidário e eleitoral é obsoleto e falso. É fonte de retrocesso.

Um relatório da organização Transparência Internacional, apresentado em julho de 2013, sobre percepção de corrupção aponta que 81% dos brasileiros acreditam que os partidos políticos são corruptos. Numa escala de 1 a 5, onde cinco é o maior grau de corrupção, as legendas partidárias no Brasil receberam nota de 4,3.

No Brasil, atualmente, existem trinta e dois partidos políticos em atuação com um número quase idêntico esperando autorização para funcionamento pelo Tribunal Superior Eleitoral. Isso é um sinal evidente de que “idealismo, altruísmo e outros ismos” compensam.

Na percepção de 72% dos brasileiros, após os partidos, o Congresso é a instituição mais corrupta, seguido pela polícia (70%), serviços médicos e de saúde (55%) e pelo Judiciário (50%). O grau de corrupção visualizado no meio político brasileiro é tão alarmante que já existem organismos especializados em estudar e catalogar as denúncias e julgamentos (quando os há) de casos de desvios éticos e morais.

Cômico se não fosse trágico!

Como “luz do mundo” e “sal da terra”, nossa obrigação é espantar as trevas e alterar a sociedade corrupta em que vivemos. Não alimentamos a ilusão de que é possível construir um céu aqui na terra, mas, por causa dessa convicção, não devemos ficar acomodados e indiferentes, assistindo ao crescimento da corrupção, dos desmandos, da mendicância, da fome, da mortalidade infantil e da discriminação.

¹⁴ Artigo publicado no jornal A NOTÍCIA de Joinville/SC em 12 fev. 2006.

Quem não tem interesse pela política devia ser proibido de reclamar. Temos de aceitar o fardo de civilizar o poder com uma consciência cristã esclarecida.

3 POLÍTICOS (E) EVANGÉLICOS

A presença, nas últimas décadas, de evangélicos na política, além de um despreparo científico e ético de alguns, se caracterizou por um individualismo de atuação, um descompromisso com a comunidade de fé, a ausência de uma análise crítica global dos problemas e de projetos alternativos, caindo em um imediatismo de medidas de rotinas das coisas, de cunho meramente assistencialista e clientelístico. Sem uma identidade, sem uma contribuição própria, tende-se seguir a reboque de diversos dos líderes, partidos e ideologias, tanto à direita quanto à esquerda. Felizmente aos poucos esse quadro está mudando.

Quando do escândalo das compras de ambulâncias, conhecido como (sanguessugas), a mídia nacional deu especial destaque – negativo é obvio – àqueles envolvidos que possuíam alguma ligação com igrejas evangélicas, houve um verdadeiro massacre, pois os interessados em denegrir o Evangelho usavam esse episódio para atacar a Igreja do Senhor.

Naquela oportunidade (2006) foi publicado artigo de minha autoria onde coloquei as coisas nos seus devidos lugares, não permitindo que os evangélicos fossem infamados. Argumentei no sentido de que só é ou só pode ser considerado evangélico quem, efetivamente, obedece aos ensinamentos bíblicos. Portanto, o político que se preocupa com seus próprios interesses, que trai seus amigos, que abandona suas ideias, que é desleal, num flagrante desrespeito aos Evangelhos, não deve e não pode ser chamado de evangélico. **É apenas político.** (destaquei)¹⁵

¹⁵ Publicado no jornal A NOTÍCIA de Joinville/SC, em 06 set. 2006.

3.1 Como mudar esse quadro?

A comunidade evangélica no Brasil segundo pesquisas recentes soma alguns milhões distribuídos por todas as unidades da Federação. Somos uma comunidade de composição diversificada: homens e mulheres de todos os grupos étnicos, de todos os níveis de instrução, de todos os estratos na escala social. E à nossa presença física e representação numérica não corresponde igual peso, influência e impacto na vida nacional.

Nossa comunidade tem vivido, na sua maioria, voltada para dentro de si mesma, suas atividades, programações, alegrias e tristezas, centradas, como uma subcultura, numa consciência de minoria. Passado o tempo da discriminação que nos era imposta, optamos por um auto-isolamento, construindo, em paredes mentais, a realidade nefasta de um gueto. A esse isolamento corresponde uma diminuição da possibilidade de influenciar a sociedade com nossas ideias.

Os evangélicos hesitam em discutir as questões de injustiça social devido à sua convicção da soberania de Deus. Embora admitindo o envolvimento de Deus, mas relutantes em dogmatizar como o santo e onipotente Criador dirige os acontecimentos no mundo. Sim, Deus é soberano e vai cuidar de tudo. Mas os cristãos precisam compreender que Deus cuida de tudo precisamente através de Seu povo. Ele chama o povo d'Ele para a batalha.

O evangélico não pode se isolar deste mundo como um alienado, ou mesmo viver como um esquizofrênico, tendo sua vida dividida em dois níveis – o espiritual e o secular. Ele deve assumir compromissada e seriamente o Evangelho como seu estilo de vida e influenciar o seu meio ambiente aplicando e concretizando em seus atos e em suas escolhas pessoais cotidianas o próprio Evangelho.

O evangélico deve participar das decisões no âmbito social e político, sempre defendendo a posição bíblica. Sempre que possível deve estar em associações profissionais, sindicatos, associações de bairros, associações de pais e mestres e outras organizações sociais, procurando levar

a mensagem de Cristo através de suas ações e apresentar soluções conforme a vontade de Deus através de suas palavras.

O evangélico deve ter uma participação que cause impacto na comunidade que o rodeia, não deve se alienar da política e dos conflitos sociais, pois o evangélico verdadeiro, como cidadão, tem o dever de participar.

O evangélico não pode separar o amor pelas almas do amor pelas pessoas.

Quando olhamos para os acontecimentos políticos podemos sentir-nos insignificantes e desmotivados, ou pensar que existe um grande descontrole e que isso já não é mais tarefa para o homem. Mas saber que Deus tem o controle total, que Ele se importa e que está disposto a ser conhecido por todos, pode dar um novo senso de propósito à nossa vida. A responsabilidade de cada um perante Deus é a parte mais importante desse trabalho.

Deus chama para a ação política pessoas de distintas origens, situação social e nível de instrução. A ação política é uma ação solidária que implica na participação de todos. Sem esforço conjunto nada se consegue. O homem de Deus deve procurar ocupar a função pública, pois é o lugar estratégico onde as decisões mais importantes são tomadas, para o bem ou para o mal.

Inúmeros evangélicos atuam como luz, mas não conseguem ser sal. Iluminam as trevas, mas não alteram a sociedade. Mostram o pecado, mas não modificam a ação pecaminosa. Identificam o erro, mas nada fazem para consertá-lo. Por quê? Porque não participam da vida comunitária com os seus desdobramentos. Ficam escondidos dentro dos templos como se isso fosse santidade.

Uma igreja alheia à vontade de Deus é instrumento de desgraça para a sociedade.

Chegou a hora do evangélico se engajar e buscar construir o espaço que nos cabe de direito no processo de construção de uma vida mais digna e correta. Temos de fazer tudo o que nos for ordenado. O fato de sentirmos ou

estarmos convencidos de que é um trabalho fútil não deve evitar que o façamos. O juízo de inutilidade não é uma desculpa para a inatividade.

Cristão recolhe impostos, cumpre suas obrigações legais e não asoberba o trabalho da Justiça e da polícia, ocupando vaga em presídio ou em casa de recuperação de drogados. Mais do que qualquer outro grupo, precisa, ter voz e vez nas Casas Legislativas e nos postos do Executivo para apresentar suas ideias de amor e justiça baseadas na Palavra de Deus.

Ao invés de assumirmos esse “fatalismo evangélico” que às vezes nos assola; ao invés de ficarmos torcendo contra; ao invés de apocalipticamente ficarmos dizendo que não há solução e cruzarmos os braços; ao invés disso tudo, devemos fazer o contrário: devemos crer que toda uma realidade caótica e conturbada pode ser transformada em bem, acreditando que, apesar do caos, da dor, da morte e da angústia que marcam negativamente o mundo em que vivemos, o nosso campo de atuação é aqui, porque é para isso que estamos aqui, uma vez que somos o sal da terra e a luz do mundo.

É insuportável ver o silêncio daqueles que têm a obrigação de falar a verdade. Esta é a hora de termos coragem de ousar um testemunho cristalino de nossa coerência e compromisso com Deus, ou termos a coragem de dizer que parte da culpa pela tragédia do país é nossa.

Enfim, teremos muitas vezes sido mais parte do problema que da solução.

No momento em que a maioria dos pastores e líderes mudar a sua atitude e estimular e convocar a igreja e a comunidade para uma atuação coerente e dinâmica no setor, protestando por meios legítimos e não violentos, através de abaixo-assinados e passeatas; exigindo leis mais justas e ação governamental voltada para a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos, haveremos de assistir bênçãos maravilhosas na nossa Pátria.

Uma participação política equilibrada e consciente vai buscar os interesses da sociedade, do bem comum, e não agir a partir de um corporativismo evangélico partidário.

Infelizmente, hoje, não é o que acontece nas igrejas evangélicas.

3.2 *Quem deve ou não ser eleito?*

Uma das preocupações que mais inquietará no período pré-eleitoral diz respeito ao perfil dos candidatos que eventualmente se apresentarem pleiteando o apoio da comunidade evangélica. Pessoas sem testemunho cristão autêntico, neófitos, desqualificados intelectualmente, sem vocação para a vida pública ou experiência política, sem respaldo econômico-financeiro para o suporte das despesas eleitorais e sem qualquer serviço anterior prestado à coletividade, arvoram-se como líderes e partem para a busca de mandatos eleitorais sob os mais ilegítimos e estranhos pressupostos. A vida pública para o evangélico não pode ser vista como uma aventura ou um emprego, mas como um ministério, onde é possível servir a Deus, servindo ao próximo. É fundamental que o candidato evangélico queira eleger-se para propósitos maiores do que apenas defender os interesses imediatos de um grupo religioso ou de uma denominação evangélica ou apenas ter um mandato. É óbvio que a Igreja tem interesses que passam também pela dimensão político-institucional. Todavia, é mesquinho e pequeno demais pretender eleger alguém apenas para defender interesses restritos às causas temporais de uma instituição. Um político de fé evangélica deve ser, sobretudo, um evangélico na política e não apenas um “despachante” a serviço de grupos.

Se o pastor ou o líder sabe que determinada pessoa pretende se eleger com o voto dos irmãos e não preenche as condições essenciais para disputar e desempenhar um mandato, deve ter a dignidade cristã e a caridade de procurar convencer o postulante a buscar outro caminho de realização pessoal ou a conseguir, através de estudo e do trabalho, os requisitos mínimos para, no futuro, pleitear uma candidatura.

É preciso bom senso, humildade, capacidade de renúncia da parte dos pré-candidatos e, também, legitimidade e autoridade dos pastores e líderes equidistantes para a promoção, se for o caso, de um processo seletivo que deve visar, somente, os interesses maiores da comunidade.

É de bom alvitre que os pastores não declarem sua preferência eleitoral. Se o fizerem, que não cerceiem a liberdade dos membros da igreja local de modo consciente. A igreja jamais deve ser confundida com os famigerados “currais eleitorais”, em que as pessoas são tratadas como propriedades de determinados grupos políticos. É importante que o pastor, à luz da Bíblia, oriente quanto ao perfil que deve ter um candidato que pode merecer o voto do evangélico. Esse papel não deve jamais se confundir com o de um “cabo eleitoral”. A missão do pastor é muito mais elevada.

O pastor é um homem público, e homem público é aquele que lida com uma sociedade, particularmente a comunidade religiosa local, regional ou a nacional, isto vai depender do seu campo de atuação pastoral. Devemos entender que a Igreja está acima da opinião pública, contribuindo para a estruturação de uma visão coletiva e comunitária com base na Palavra de Deus que é a bússola da vida.

Quanto ao envolvimento de pastores em mandato político, entendo que é lícito, mas não convém. A questão não é saber se é possível um pastor tornar-se político. O problema é mais complexo. A missão do pastor é glorificar a Cristo através da pregação do Evangelho de Deus. Os pastores foram chamados e vocacionados pelo Eterno para anunciar a única coisa capaz de transformar o coração dos homens que é a Boa Nova da Salvação Eterna.

Não acredito em messianismos utópicos, nem tampouco em pastores especiais, que trocaram o santo privilégio de ser pregador do evangelho eterno por um cargo público qualquer. Tenho convicção de que existem pessoas vocacionadas ao serviço público, as quais devem se dedicar com todo esmero a esta missão. No entanto, acredito que o fator preponderante a candidatura a um cargo qualquer, deve ser motivada pelo desejo de servir o povo e a nação, jamais fazendo do nome de Deus catapulta para sua projeção pessoal. Agora, se mesmo assim o pastor desejar candidatar-se, (o que acho uma grande loucura) que deixe o pastorado, que não misture o santo ministério com o serviço público, que não barganhe a fé, nem tampouco

confunda as ovelhas de Cristo com o gado marcado para o abate. Que não comercialize aqueles que o Senhor os confiou, nem tampouco se locuplete do nome de Deus a fim de atingir seus planos e objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós, hoje, estamos vivendo um momento singular, quando vemos a fé espalhando-se pelo Brasil. No entanto, a pergunta que devemos nos fazer, com relação à expansão da fé neste país, é o que queremos que aconteça com o Brasil. Queremos vê-lo apenas tornar-se uma nação evangélica, tendo templos em todos os lugares, vendo a maioria das lideranças políticas confessando-se evangélicas, tendo muitos veículos de comunicação evangélicos, com uma boa parte dos recursos financeiros do país em poder daqueles que se dizem evangélicos?

Talvez isso até fosse interessante, mas o Brasil vai continuar o mesmo. Na mesma miséria, com os mesmos casos de corrupção, com a mesma prática política. Talvez até pior, pelo fato de não haver mais nenhuma referência evangélica à qual se possa recorrer, não se tendo esperança de alguma coisa alternativa, porque o que era alternativo se acabou tornando em algo associado ao que existe de pior no mundo, que por sua vez passou justificar suas ações.

Se quisermos tornar efetivo tudo isso sobre o qual temos refletido, a primeira atitude que devemos tomar é acreditar que a cidade, o Estado ou o País não só podem ser transformados, mas que precisam ser transformados, tendo a consciência de que também somos responsáveis por essa mudança.

Nós evangélicos temos um papel singular na política pública. Temos a responsabilidade de pregar o evangelho que habilita o homem para toda boa obra; a responsabilidade de incentivar àqueles que foram dotados por Deus para o exercício da política pública; a responsabilidade de votar consciente e em busca do bem comum; e a responsabilidade de orar por aqueles que se acham investidos de autoridade.

Igualmente precisa ser enfatizada nas igrejas a necessidade do voto consciente, opondo-se ao “voto de cajado”, e aos arranjos institucionais entre igrejas (ou denominações) e políticos (ou partidos políticos), que é causa de corrupção em nosso meio.

Na verdade, é constrangedor o modelo de grande parte dos políticos evangélicos brasileiros que, em geral, são populistas, amadores e despreparados. Sua permanência no poder tem se dado em função do uso e abuso de clichês cristãos, da prática do assistencialismo, bem como do desprezo pelo nome de Deus, usado com fins eleitoreiros.

Também se criou uma visão reducionista de causas políticas cristãs, restritas apenas à luta contra a homossexualidade e o aborto. A corrupção e a violência parecem ser temas que não entraram na agenda desses políticos. Assim sendo, eles traem uma importante herança da tradição evangélica: políticos cristãos comprometidos com a glória de Deus e com a promoção do bem-estar na sociedade. Isso ocorre, parece, porque as exigências do evangelho de Cristo foram banalizadas, reduzidas a um moralismo seletivo, a serviço ou da mensagem de um pragmatismo criminoso.

Sempre é bom lembrar que a preocupação de Jesus sempre foi com os homens, não era com programas para atingir multidões, e, sim, com homens a quem as multidões seguiriam.

Será através desses homens (políticos por exemplo) que a “massa” passará a ser “povo” e começará a ter uma vida mais justa, humana e espiritual.

Torna-se obrigatório aos evangélicos envolverem-se com a coisa pública por ela mesma, na igualdade com os não cristãos e de maneira a poderem se fazer compreender por eles. Este é um parâmetro essencial: na democracia contemporânea, um evangélico na política deve procurar o ponto de convergência com o não cristão, o qual só considera as necessidades terrestres da cidade dos homens.

Estejamos certos de que não se pode deter a marcha da história. É melhor construí-la, estando em aliança ou em oposição com os atores que a constroem do que ficar à margem ou na contramão, onde se é atropelado, pois o maior castigo para aqueles que não se interessam por política, é que serão governados pelos que se interessam.

Nós, evangélicos somos o problema e a solução. Portanto, mostremos o valor do verdadeiro cristianismo, pois você e eu, contra tudo e contra todos – deveremos ser o sal e a luz do mundo.

Encerro com a sempre oportuna sentença moral do teólogo protestante alemão Martin Niemöller (1892/1984):

Um dia, vieram e levaram meu vizinho, que era judeu.
 Como não sou judeu, não me incomodei.
 No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho, que era comunista.
 Como não sou comunista, não me incomodei.
 No terceiro dia, vieram e levaram meu vizinho católico.
 Como não sou católico, não me incomodei.
 No quarto dia, vieram e me levaram.
 Já não havia ninguém para reclamar.

Quem tem ouvidos...

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Elienai. *Mordomia cristã*. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.
- CASTRO, Luis Alberto de. A política e os cargos eletivos de Calvino. In: *Fides reformata* XII, n. 2, 2007.
- CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política*. São Paulo: Vinde, 1988.
- CHAMPLIN, Russel Normann. Enciclopédia de bíblia, teologia e filosofia. São Paulo: Hagnus, v. 3, 2004.
- CONSTANTINO, Rodrigo. A Mediocracia brasileira. Disponível em: rodrigoconstantino.blogspot.com/2008/05/mediocracia_brasileira.html.
- CULLMANN, O. *Cristo e a política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- ENGENIEROS, José. *O homem medíocre*. Curitiba: Juruá, 2011.
- FRESTON, Paul. *Neemias: um profissional a serviço do reino*. São Paulo: ABU, 1990.
- LIMA, Elinaldo Renovato de. *Ética cristã*. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1991.
- PASSOS, Amílcar Matheus. Partidos políticos e políticos partidos. In: *Jornal A NOTÍCIA*, Joinville/SC, 12 fev. 2006.
- PASSOS, Amílcar Matheus. Políticos (e) evangélicos. In: *Jornal A NOTÍCIA*, Joinville/SC, 06 set. 2006.
- Santo Agostinho e a política. Disponível em: http://www2.db.d.pucrio.br/pergamum/tesesabertas/0114208_03_cap_02.pdf.
- SANTOS, Jair Lima. O direito em Santo Tomás de Aquino e Marsílio de Pádua: uma visão teológica da lei. *Jus navigandi*, Teresina, 14, n. 2311, 2009. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/13745>.
- SYLVESTRE, Josué. Irmão vota em irmão. *Ed. Mensagem*, 1996.
- ZWETSCH, Robert Ervino. *Missão como com-paixão: por uma teologia de missão em perspectiva latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal, 2008.